

RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA NA JUSTIÇA

# PLANO PREVÊ INVESTIR 267 MILHÕES DE EUROS



■ O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para aceder às verbas comunitárias pós-crise pandémica, prevê gastar 267 milhões de euros na área da justiça económica e ambiente de negócios.

A justificação do Governo para este investimento, prende-se com a perspetiva de que a pandemia e a recessão vão aumentar o número de processos judiciais, de cobrança de dívidas e de empresas em dificuldades a necessitarem de proteção de credores e de rápidos processos de reestruturação. Por estas razões, é esperado um agravamento “dos estrangulamentos que subsistem, designadamente em termos de morosidade dos processos judiciais, especialmente nas áreas das execuções e das insolvências, e do grande

número de processos em atraso nos tribunais administrativos e fiscais”, refere o PRR.

Tendo por base procedimentos administrativos e judiciais mais ágeis, o plano prevê agir sobre as pendências e morosidade dos processos judiciais, nomeadamente nos tribunais administrativos e fiscais e também nos processos de execução e de insolvência. Assim, o objetivo prioritário será “assegurar o aumento da eficácia dos tribunais judiciais, especialmente os administrativos e fiscais e da justiça económica”, no que respeita aos processos de insolvência e de recuperação de empresas e acelerar a recuperação de créditos.

Reconhecendo que há barreiras ao investimento relacionadas com os requisitos de...

---

O OBJETIVO PRIORITÁRIO SERÁ “ASSEGURAR O AUMENTO DA EFICÁCIA DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS, ESPECIALMENTE OS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS E DA JUSTIÇA ECONÓMICA”, NO QUE RESPEITA AOS PROCESSOS DE INSOLVÊNCIA E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E ACELERAR A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS.

Nova Versão

# Software de gestão para Advogados

# LMS

LEGAL MANAGEMENT SYSTEM

Uma solução de gestão inteligente dedicada a escritórios de advogados ou organizações com grandes volumes de processos, que permite automatizá-los e otimizá-los.

**PEDIR DEMONSTRAÇÃO**

✉ [comercial@bluescreen.pt](mailto:comercial@bluescreen.pt)

☎ 21 722 3822

Gestão processual com um controlo financeiro mais eficiente!



JURÍDICO



RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO



MEIOS OPERACIONAIS



RECEBIMENTOS DESPESAS E COMISSÕES



COMPLIANCE E IT

O LMS É SIMPLES, INTUITIVO E FÁCIL DE PERSONALIZAR.

**QUERO SABER MAIS**

NO CAPÍTULO DEDICADO À JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS ESTÁ ACAUTELADO O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO “EMPRESA 2.0”, NOVA PLATAFORMA QUE INCLUI A CRIAÇÃO, GESTÃO E ENCERRAMENTO DE EMPRESAS, E O “E-RESIDENCY”.

licenciamento que inibem o investimento de empresas, o Governo quer reduzir a carga administrativa e regulamentar que recai sobre as empresas, com procedimentos simplificados e com a redução de obstáculos e formalidades para a obtenção de licenças e autorizações.

A eliminação de etapas administrativas, assegurando a interoperabilidade entre os serviços públicos, através do aproveitamento das tecnologias digitais nos serviços de registos e

notariado e na ligação destes com os sistemas da administração tributária e da Segurança Social, é outro dos desígnios.

O investimento previsto permitirá intervenções nas plataformas digitais dos Tribunais e meios de Resolução Alternativa de Litígios, incluindo os TAF e as insolvências e o desenvolvimento e implementação dos sistemas de tramitação processual (Magistratus e Codex) que irá abranger cerca de 400 Tribunais de todas as instâncias e cerca de três mil magistrados.

Serão desenvolvidas novas interfaces para advogados, solicitadores, representantes de entidades públicas e criada uma plataforma de serviços e informação “Insolvências, Falências e Recuperação” para empresas e cidadãos. No capítulo dedicado à justiça económica e ambiente de negócios está acautelado o desenvolvimento do sistema de informação “Empresa 2.0”, nova plataforma que inclui a criação, gestão e encerramento de empresas, e o “e-Residency” para empresas estrangeiras que queiram criar a sede em Portugal.

A Plataforma integrada de Registos também está pensada, através da migração das aplicações de suporte aos registos civil, comercial, predial e de nacionalidade, num total de 434 conservatórias e 4.658 trabalhadores.

Globalmente, o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal elenca 36 reformas e 77 investimentos nas áreas sociais, clima e digitalização, num total de 13,9 mil milhões de euros em subvenções.

Depois de um rascunho apresentado à Comissão Europeia em outubro passado e de um processo de conversações com Bruxelas, o Governo português colocou a versão preliminar e resumida do PRR em consulta pública por duas semanas, para recolher contributos que permitissem melhorar o documento. Neste plano, além dos cerca de 14 mil milhões de euros em subvenções, está também prevista a possibilidade de recorrer a 2,7 mil milhões de euros em empréstimos. ■

